

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO BRASIL

Conciliação e Perspectiva

Luiz Carlos de Andrade Bodstein*

RESUMO: Ecologia e Turismo: dois grandes temas de década. A primeira cresce na medida em que se ampliam os riscos ambientais, se diminui a qualidade de vida, se coloca em risco a sobrevivência da humanidade e se agravam as pressões de toda a ordem entre nações ricas e pobres, acusando-se, mutuamente, pelos danos à natureza. O segundo cresce com o avanço dos transportes, com a redução das distâncias, com o aumento do tempo livre e com a melhoria da qualidade de vida, e aproximando os povos e nações e promovendo o retorno do homem à natureza, caminha para ser o primeiro negócio do mundo, no ano 2000. Este artigo analisa as muitas afinidades entre os dois temas e como podem e devem conciliar-se, para constituírem prioridade de desenvolvimento sustentado e de retorno harmônico do homem à natureza.

UNITERMOS: Turismo: desenvolvimento, meio ambiente; ecologia, conservação ambiental; ecoturismo. Ecoturismo: turismo ecológico; desenvolvimento; crescimento econômico.

ABSTRACT: Ecology and Tourism: the two great subjects of the decade. The first grows in accordance with the increase of the environment risks, the increase of the life standard, the mankind survival bring at risk and all sorts of pressure between rich and poor nations, arouse accusing each other for the nature's damage. The latter grows with the development of the means of transport, the reduction of the distances, the increase of leisure time, the improving of the life standard, that in approaching people and nations of the world and promoting the return of the mankind towards the nature, will lead the tourism to be the main business of the world in the year 2000. This article analyses the many affinities between these two subjects and how they must and need to agree, to constitute a priority on the sustainable development and an harmonious return of the mankind towards nature.

KEYWORDS: *Tourism: development; environment; ecology; environmental conservation; eco-tourism. Eco-tourism: ecology tourism, development; economic growth.*

(*) Bacharel em Direito, em 1970, pela Faculdade de Direito Cândido Mendes (RJ). Advogado e Técnico Especializado da Embratur, desde 1972. Ex-Diretor-Adjunto e Diretor Interino da Embratur. Curso da Escola Superior de Guerra em 1991. End. para corresp.: EMBRATUR - CECATUR - Mariz de Barros, 13 - 7º andar - 20270 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O avanço científico e tecnológico e a revolução industrial e o crescimento econômico, por eles propiciado, trouxeram inúmeros benefícios à humanidade, entre os quais o aumento da expectativa de vida, a redução e humanização da jornada de trabalho, a melhoria das condições de saúde e conforto e o aumento do tempo livre. No bojo desse processo vem o turismo cada vez mais se expandindo, não só beneficiando-se dessas conquistas, como também do avanço nos transportes e na comunicação e, conseqüentemente, do encurtamento das distâncias, constituindo-se, modernamente, em notável fonte de desenvolvimento. Porém, o egoísmo inato ao homem tem feito aflorar, nesse processo de crescimento econômico, diversos desequilíbrios entre indivíduos, povos e nações e, mais recentemente, entre estes e a natureza - os chamados “efeitos perversos” do desenvolvimento.

Assim, ao desafio milenar de conciliar o crescimento econômico com a justiça social, cresceu-se, na atualidade, o de conciliá-lo com a natureza, por meio de um processo denominado “desenvolvimento sustentado”. Esse processo pressupõe a avaliação e a redução, a um mínimo aceitável, dos impactos ambientais em todas as etapas do crescimento econômico, inclusive na fase de seu planejamento.

Mas se a conservação ambiental é hoje causa nobre a preocupar todos os povos e dirigentes do mundo, também traz, em si mesma, um efeito altamente “perverso”. É que os países desenvolvidos - principais agentes de degradação ambiental no mundo e que, pelo uso irresponsável que deram as suas reservas naturais, no passado, já não mais as dispõem - voltam suas atenções, ambições e pressões sobre as nações em desenvolvimento, como o Brasil, dotadas de vastas regiões preservadas e em equilíbrio ambiental, capazes de, se assim mantidas, contrabalançarem o custo ambiental decorrente de um crescimento econômico desenfreado e desequilibrado.

Sem dispor de elevados recursos financeiros e tecnológicos que um processo de desenvolvimento sustentado impõe, as nações em desenvolvimento ficam na linha de frente dessas pressões, habilmente manipuladas pela imprensa internacional do primeiro mundo, que as caracterizam como verdadeiros “vilões ambientais” responsáveis pela degradação das últimas reservas naturais estratégicas do planeta, indispensáveis a sua sobrevivência. Essas nações situam-se, pois, entre a cruel alternativa de paralisar o desenvolvimento em parcela significativa de seus territórios, ou aguardar por uma cooperação do primeiro mundo que, a par de incerta, certamente abrirá caminho para uma ingerência ainda maior na utilização de seus recursos, comprometendo parcela de sua soberania.

Nesse contexto, o turismo - hoje entre os três maiores negócios do mundo - tem condições ímpares de promover a conciliação do desenvolvimento com a conservação ambiental, superando os obstáculos anteriormente apontados. Sendo uma “indústria limpa”, que nada precisa extrair da natureza senão suas imagens e paisagens, não é suscetível às pressões internacionais, que implicariam na restrição da liberdade de locomoção e do direito de ir e vir, um dos mais sagrados do mundo ocidental. Hoje reconhecido como “indústria da paz”, pela aproximação que promove entre povos e nações, eliminando desconfianças e antagonismos, constituir-se-á, sem dúvida, na “indústria da natureza”, pela sua característica de fazer o homem retornar ao convívio desta, da qual se divorciou no seu processo de urbanização e crescimento.

É propiciando uma prática de educação ambiental de que nenhuma outra atividade é capaz e criando condições para o conhecimento da natureza que o turismo permitirá ao homem respeitá-la, admirá-la e preservá-la. Para tanto, basta estimular o turismo ecológico e o ecoturismo, que traduzem, na atividade, o desenvolvimento sustentado, com as cautelas ambientais tão almejadas.

2 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

A ecologia e a conservação ambiental são os temas da moda, constando das agendas de autoridades e empresários e de todos os planos de desenvolvimento. A esses não estão infensos nenhum país, rico ou pobre, ou organismos e entidades nacionais e internacionais.

O fenômeno surgiu pela constatação da alarmante degradação ambiental no mundo e da interligação de seus efeitos, tornando-o um problema global e sem fronteiras, capaz de colocar em risco a sobrevivência da humanidade e de suas gerações futuras. Aos efeitos globais mais difundidos, o “efeito estufa”, o “buraco na camada de ozônio” e a “chuva ácida”*, aliam-se muitos outros, que em verdade os alimentam, como a perda contínua de diversidade biológica, os movimentos transfronteiriços de resíduos tóxicos e a poluição dos mananciais de água doce, considerado o grande problema da humanidade no século vindeiro.

(*) “Efeito estufa”: aquecimento da atmosfera e o aumento da temperatura pela poluição de gases. “Buraco na camada de ozônio”: destruição da camada que protege a Terra dos raios ultravioletas por gases presentes em sistemas de refrigeração e em propelentes em latas de aerosol. “Chuva ácida”: gases que reagem com o vapor d’água, na atmosfera, causando precipitações danosas ao meio ambiente.

Com o agravamento do problema, a humanidade depara-se, hoje, tanto com a degradação ambiental causada pelo progresso e pela riqueza (a poluição resultante das conquistas tecnológicas) como também com a resultante do atraso e da miséria (superpopulação, uso predatório dos recursos naturais). Em verdade, são um bilhão de ricos e outro bilhão de miseráveis e o acréscimo de 250.000 mil habitantes por dia, principalmente nesta última faixa, agravando-a.

O Brasil, apesar de apresentar as duas espécies de degradação, chega ao século XX como um dos países com maiores áreas preservadas do mundo - com mais da metade do seu território praticamente intocado -, em razão, é verdade, mais de contingências geográficas e de colonização, do que propriamente, de conscientização ambiental. Por ter cometido alguns graves pecados em seu processo de desenvolvimento, especialmente na Amazônia, e se negado, durante anos, a discutir a questão ambiental, o País transformou-se em um dos “vilões ambientais”.

Interessante, porém, é que os Estados Unidos, a antiga URSS (hoje CEI) e a Europa Ocidental são responsáveis, respectivamente, por 22,8, 18,8 e 14,7% do gás carbônico despejado na atmosfera, enquanto o Brasil contribui com 5%, somadas a poluição industrial e as queimadas na Amazônia, que, segundo dados fornecidos por satélites, caíram para mais da metade nos últimos dois anos. Igualmente curioso é que outros problemas ambientais mais sérios do País, como a desertificação do Nordeste e os desmatamentos de encostas nas regiões metropolitanas - típicos de situações de misérias - são quase totalmente ignorados pelo mundo desenvolvido. Porém, mesmo com esses problemas, o Brasil chega à década da ecologia com um patrimônio natural exuberante e bastante preservado nos seus variados ecossistemas.

É verdade, contudo, que com seus problemas econômicos e sociais, o País encontra dificuldades em conservar tão vasto patrimônio. As áreas de suas mais de 120 unidades de conservação correspondem a menos de 4% de seu território (na Costa Rica são 20%), com apenas a metade de seus parques florestais e 23% das reservas biológicas possuindo plano de manejo e com um fiscal para cada 23.500 hectares de área conservada ou preservada.

Nessa conjuntura, portanto, tem o desenvolvimento turístico um importante e prioritário papel a desempenhar, não só na contribuição para a educação ambiental, como na viabilização de recursos para acréscimo e fiscalização das áreas conservadas.

Sem dúvida que esses e outros aspectos serão objeto de uma negociação sem precedentes no mundo, durante a RIO-92, onde mais de 160 nações e cerca de 500 organizações não governamentais terão uma tarefa sumamente difícil: a de tentar conciliar o homem com a nature-

za sem que, até hoje, tenha se conciliado entre si, face a toda espécie de egoísmos, preconceitos e privilégios que afloraram, em sua história. Especialmente a questão da Amazônia revela-se vital aos interesses nacionais, em razão de ainda defenderem alguns sua intocabilidade e internacionalização como centro de pesquisas mundial, esquecidos dos brasileiros e outros povos sul-americanos que lá habitam, e da origem transcendental do homem e de seu papel de “dono responsável” da terra, como muito apropriadamente ressaltou o Papa João Paulo II. Impõe, portanto, que nas negociações da RIO-92 esteja o País pronto a apresentar alternativas de desenvolvimento sustentado, como o turismo, que lhe permitam conservar e manter intocada sua soberania sobre esses importantes recursos naturais estratégicos.

3 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

O turismo, como negócio e fator de desenvolvimento sócio-econômico, é fenômeno bastante recente na história da humanidade. Somente no período entre e pós-guerras é que as conquistas anteriormente citadas e a expansão dos negócios entre regiões e países, e da rede hoteleira criaram as condições para seu incremento.

Por isso demoraram seus efeitos a alcançar os países periféricos ao eixo desenvolvido do hemisfério norte, assim como retardou a compreensão, por governantes e autoridades daqueles países, de que se tratava, não de um fenômeno burguês e atividade frívola dirigida à classe mais bem aguinhoada - que o consome -, mas um setor de larga geração de empregos, divisas e benefícios sócio-econômicos.

Ao assim proceder, mais uma vez tais países perderam a oportunidade de utilizar as divisas do turismo na alavancagem de seu desenvolvimento industrial, diminuindo a distância que os separava do mundo desenvolvido. Já alguns países da Europa, ao contrário, souberam muito aproveitá-lo, como foi o caso da Espanha, Portugal e Grécia, em exemplos que vêm sendo hoje seguidos por alguns países de outros continentes, como o México, nações do Caribe e da Ásia Oriental.

Interessante é observar que os benefícios do turismo se espalham por todos os campos e setores da vida de uma nação, constituindo tal fato, porém, sua verdadeira antinomia, pois que seu desenvolvimento é, por outro lado, dependente de diversos deles (transportes, comunicações, energia, segurança pública, limpeza urbana etc.). Isto faz com que, sem uma firme vontade política e uma forte ação coordenadora, a nível do mais alto escalão governamental, seu incremento se torne mais lento e difícil.

No campo econômico, seus benefícios se traduzem no ingresso de divisas; na geração de empregos; na especialização e verticalização econômicas para atender uma demanda sempre exigente; na diminuição dos desequilíbrios regionais; na possibilidade de utilização de recursos e tecnologia não sofisticados e existentes nos próprios países; e nos múltiplos efeitos nos setores primário e secundário da economia, bem como no de prestação de serviços públicos - seus habituais fornecedores.

Os benefícios sociais se traduzem na recuperação das energias físicas e psíquicas do viajante; no seu desenvolvimento cultural; na mudança de padrões de comportamento, pelo desempenho de variados papéis sociais; na aproximação e amizade com povos de outras regiões e países; no respeito ao patrimônio ambiental e cultural; e na melhoria das condições de conforto e higiene dos núcleos receptores.

Seus benefícios políticos e militares ficam claros, ao se constatar ser ele o elemento precursor dos processos de integração entre nações, eliminando antigos antagonismos e desconfianças, como ocorreu na Europa (entre França, Inglaterra e Alemanha) e vem acontecendo na América do Sul (entre os países do Cone Sul). Ao incentivar o trânsito fronteiriço legalizado, transforma fronteiras “de faixa”, despovoadas, em fronteiras “de linha”, ocupadas e vivificadas, contribuindo para maior segurança entre nações.

Por outro lado, alguns óbices se antepõem, tradicionalmente, a seu desenvolvimento, como os conflitos internos ou internacionais; a violência urbana; a falta de segurança pública; as epidemias e excesso de insalubridade; a sujeição a freqüentes intempéries da natureza; e o excesso de instabilidade política, econômica e social.

O fato é que o desenvolvimento turístico no mundo foi rápido e espantoso, constituindo-se no maior símbolo da chamada “civilização do ócio”, para a qual a humanidade cada vez mais caminha, com o ininterrupto crescimento do tempo livre de sua população. A Organização Mundial do Turismo-OMT afirma que, com o crescimento anual de 4%, o turismo deterá o maior volume mundial de negócios no ano 2000. Em 1987, a atividade movimentou cerca de 2 bilhões de dólares, ou 12% do PNB mundial, respondendo por 1 emprego em cada 16; no mundo, por 7% dos investimentos globais e mais de 1,5 bilhões de viagens nacionais e internacionais.

Dos 24 primeiros países com mais de 2 bilhões de dólares de receita turística anual (dados de 1987, da OMT), 13 são do primeiro mundo, 5 de países em desenvolvimento da Ásia Oriental e apenas 1, o México, da América Latina. Estados Unidos e Espanha se revezam, respectivamente, nos dois primeiros lugares, em termos de divisas e número de turistas recebidos.

A diferença entre a situação dos países da Ásia Ocidental e da América Latina fica mais clara ao se verificar que entre os cinquenta melhores hotéis do mundo, assim considerados em pesquisas junto a turistas, nenhum deste continente está incluído, enquanto que, entre os dez primeiros, seis são da Ásia. Tal fato se repete entre os melhores aeroportos e companhias aéreas, onde sempre há a presença asiática e a ausência latino-americana.

Essa comparação é propositalmente feita para situar dois destinos bastante distantes dos centros emissores europeu e americano, mostrando que, apesar disso, houve progresso de um em detrimento do outro, segundo Bernard J. Hamilton¹, representante da American Express para o Brasil, isto porque os governantes da Ásia priorizam efetivamente o turismo, enquanto os da América do Sul ficaram em simples declarações de intenção, continuando a considerá-lo como atividade fútil e frívola.

O Brasil, com a amplitude, diversificação e beleza de seus recursos naturais e com sua miscigenação cultural - que lhe conferem inegável vocação turística - participa com menos de 1% do fluxo turístico internacional e cerca de 0,6% da receita dele advinda. Após crescimentos quase contínuos nessa participação, até 1987, o País sofreu decréscimos sucessivos até apresentar, em 1990, após muitos anos de superávit, déficit na conta turismo com o exterior. Em 1991, tal fluxo apresentou alguma recuperação, embora longe do desejável. Assim, a receita de turismo internacional caiu de 4.º para 7.º lugar e de 6,4% para 3,6% na pauta de exportações nacionais. Sua participação no PIB, calculada em 2,2% com base no censo de 1980, não deve superar, hoje, a 4%, enquanto chega a 8% no México e a 10% na Grécia e na Espanha.

Tal posição desfavorável parece decorrer de erros antigos, tais como:

- a) a falta de efetiva priorização hierárquica e de recursos, pelo governo;
- b) a ausência de um planejamento estratégico que lhe assegurasse a continuidade de iniciativas para seu incremento, principalmente a nível de marketing e promoção;
- c) a concentração de imagem em um único pólo turístico - o Rio de Janeiro -, que teve sua imagem desgastada pela violência e insegurança;
- d) a despreocupação com a agressividade de mercados concorrentes, como os da América Central e Ásia Ocidental;
- e) a ausência de uma infra-estrutura de entretenimento e lazer turísticos;

f) a ausência de uma política de desenvolvimento turístico, com intercâmbio e assistência técnica internacionais, gerando pouco profissionalismo na atividade e demora na percepção das atuais tendências mundiais do turismo.

Sem o nível do profissionalismo desejável, o produto turístico nacional continua calcado, unicamente, na abundância e beleza de seus recursos naturais e na cordialidade e espontaneidade de seu povo, por si só insuficientes para lhe assegurar a necessária competitividade.

As administrações da Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo² procuraram alterar tal quadro, mas, sem maior respaldo político, decorrente da pouca compreensão demonstrada pela sociedade brasileira e pelas suas elites para com a atividade, lograram obter conquistas passageiras, sem a continuidade necessária. Presentemente a gestão atual do órgão conseguiu um volume de recursos bem mais significativo, que, se não sofrer restrições orçamentárias ao longo do exercício, poderá dar novo impulso ao setor.

Está a atual gestão da Embratur plenamente convicta, também, de que a moderna tendência do turismo mundial é a de aliar, ao lazer geral, o turismo temático destinado a segmentos específicos da demanda*, e de que nosso País deve, a par de não esquecer nenhum desses segmentos, priorizar os temas que traduzem *vantagem comparativa* para a competitividade do produto turístico nacional.

No caso brasileiro, resta claro que o *turismo ecológico*, o *ecoturismo* e o *turismo náutico* representam essa “vantagem comparativa” pela quantidade, variedade e beleza dos diversos ecossistemas nacionais e pela extensão do litoral e da rede fluvial do Brasil que, inclusive, atendem aos referidos ecossistemas. Com isso, tais modalidades vêm sendo, hoje, a grande prioridade do turismo nacional, conferida pelo Órgão Oficial de Turismo do Governo Federal.

(*) Exemplos de tais segmentos: jovem, terceira idade, profissionais vencedores de viagem-prêmio, congressistas, interessados em natureza, ecologia, cultura, esportes náuticos etc.

4 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUA CONCILIAÇÃO: ECOTURISMO E TURISMO ECOLÓGICO

A Conferência de Estocolmo, em 1972 - que consagrou a questão ambiental como um dos maiores problemas do planeta, reforçando a *onda ecológica* mundial - estabelece, em seu plano de ação, que é necessário identificar e combater os problemas ambientais desde as etapas iniciais da planificação para o desenvolvimento. A OMT e o PNUMA** declaram que:

ao favorecer o desenvolvimento do turismo no mundo e, portanto, a aproximação entre os povos, alimenta-se a instauração de uma nova ordem econômica internacional e o desaparecimento da distância que separa países ricos e pobres. O turismo é uma atividade que, certamente, contribui por si mesma para o desenvolvimento econômico, mas que, ademais, constitui um fator potencial para melhorar a qualidade de vida³.

Por isso, a OMT e o PNUMA têm baseado sua cooperação no acerto de que:

A proteção, fomento e melhoria dos diversos componentes do meio-ambiente humano se encontram entre as condições fundamentais do desenvolvimento harmônico do turismo. Analogamente, a administração global do turismo pode contribuir em grande medida para proteger e desenvolver o meio físico e o legado cultural, assim como para melhorar a qualidade de vida humana.³

Tais declarações sem dúvida confirmam a assertiva deste estudo de que se trata de duas atividades facilmente conciliáveis porque, pelo lado da oferta, os profissionais do turismo sabem que a natureza conservada é sua principal matéria-prima e seu esgotamento traduziria o fim da atividade; do lado do consumo, o turista tem na natureza sua principal fonte de interesse, admiração e preocupação, tendo, portanto, toda a intenção de contribuir para a sua conservação.

Em vista disso é que o PNUMA e a OMT têm desenvolvido uma estratégia conjunta:

dirigida a lograr o equilíbrio entre o desenvolvimento das viagens e férias, por uma parte, desenvolvimento que se deve considerar irreversível, e a proteção do meio-ambiente, por outra parte, ambiente cujos componentes constituem uma herança comum para toda a humanidade.³

(**) OMT: Organização Mundial de Turismo. PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Assim, em julho de 1983, organizaram, o “Workshop sobre Aspectos do Meio-Ambiente Relacionados com o Turismo”, cujo teor é, talvez, a análise mais aprofundada do interrelacionamento entre turismo e meio-ambiente que se conhece, pois compreende cerca de 526 tópicos, um Anexo de Conclusões, além de um estudo de caso do Sri Lanka (antigo Ceilão). Como não poderia deixar de ser, o trabalho consagra os estudos de planificação do território, para análise da viabilidade de uso turístico, como o mais importante instrumento na conciliação das duas atividades, ou como processo de desenvolvimento sustentado.

É nessa direção que os estudiosos da matéria propugnam ser o ecoturismo e o turismo ecológico instrumentos primordiais nesse processo de conciliação e de desenvolvimento sustentado.

Turismo Ecológico que, no entender do mexicano Ceballos Lascurain, *é aquele que se dedica a viagens a áreas naturais não perturbadas e não contaminadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e gozar a paisagem, suas plantas, animais selvagens, assim como as culturas passadas ou presentes que possam ter existido ou existir nessas áreas*⁴. E o Ecoturismo, que, no entender do Organismo Internacional ULACIT* *é aquele setor especializado do turismo que se caracteriza por uma propensão demonstrada por seus praticantes, em viagens que os coloquem em íntimo contato com a natureza, mediante seu desfrute por simples observação ou estudo sistemático*^{5.**}

Tais modalidades de turismo têm, portanto, dois importantes papéis a desempenhar: enquanto turismo não de contribuir para o desenvolvimento das nações, conforme já referido em tópico anterior, e, enquanto ecologia social - área da ecologia na qual se inserem -, de possibilitar a harmonia do homem com a natureza, no retorno ao seu convívio.

(*) ULACIT: Universidade Latino-Americana de Ciência e Tecnologia.

(**) Em verdade, o que se tem podido verificar, atualmente, é que a distinção entre “ecoturismo” e “turismo ecológico” é muito mais semântica do que prática. Os conceitos hoje se confundem e cada país utiliza um ou outro, de acordo com sua preferência, adequando-o, até mesmo em sua definição, aos tipos de recursos naturais que nele preponderam num país receptor. O Brasil vem se utilizando do termo “ecoturismo”, entendendo-o, a Embratur e o Ibama, como o turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza e oferecendo aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica nacional.⁴

No Brasil, embora essas modalidades recebam, hoje, prioridade absoluta por parte da atual administração da Embratur, seu desenvolvimento luta com inúmeras dificuldades, decorrentes daquelas por que passa o próprio setor e o País, como um todo, e da carência de recursos para estudos de planificação das áreas em equilíbrio ambiental, o que, nas unidades de conservação sujeitas a atividades econômicas, deveria estar consubstanciado em adequados planos de manejo*.

Não obstante, como se afirmou, o Brasil possui todas as condições ambientais para tal desenvolvimento, apresentando, somente a nível federal, mais de 100 unidades de conservação, com área total de quase 30 milhões de hectares, compreendendo os biomas** Amazônia, Cerrado, Caatinga, Encosta Atlântica, Pantanal e Planalto Brasileiro. Os Estados com maiores áreas em unidade de conservação estão, obviamente, todos na Amazônia, o que comprova a fundamental importância da região, para o desenvolvimento da atividade.

Excluídos os tipos de unidade de conservação não passíveis de atividade econômica - como por exemplo as estações ecológicas e as reservas biológicas -, o Brasil possui cerca de 37 florestas nacionais, 31 parques nacionais e 4 reservas extrativistas, ainda pouco em relação às áreas em equilíbrio ambiental que possui. No entanto, mesmo essas áreas acham-se desprovidas de recursos, carecendo o País de uma legislação que lhes dê autonomia administrativa, em investimento e receita, capaz de possibilitar a contratação da elaboração de planos de manejo, de dispor de mais agentes de fiscalização e de infraestrutura de serviços adequadas à visitação.

(*) Entende-se por “planos de manejo” o zoneamento detalhado da área de um parque nacional, identificando-se e classificando-se as diferentes zonas (intangível, primitiva, de uso extensivo ou intensivo, histórico-cultural, de recuperação e especial) e, naquelas passíveis de uso público, a carga máxima de utilização permitida, de modo a não comprometer a conservação ambiental.

(**) “Bioma” é a unidade ecológica imediatamente superior ao ecossistema, compreendendo comunidades humanas animais e vegetais que possuem certas semelhanças e análogas condições ambientais, inclusive quanto aos estágios de evolução e sucesso da área.⁶

Enquanto isso, paradoxalmente, as maiores ameaças do lazer - e não do turismo propriamente dito - estão, não na Amazônia, mas no litoral brasileiro e nos parques nacionais próximos aos grandes centros urbanos. O primeiro, vítima de uma especulação imobiliária desenfreada, não contida pelos poderes municipais, estaduais ou federais, voltada para as residências de veraneio. Os segundos, vítimas do intenso lazer urbano, sem a contrapartida de serviços, recursos e fiscalização por quem os administra e explora.

Tal fato fez com que, em visita de missão setorial de apoio da OMT ao Brasil, um consultor espanhol daquela organização declarasse que o País não fazia desenvolvimento turístico em seu litoral, mas especulações imobiliárias voltadas ao veraneio.

Assim, parece incontestável afirmar que, qualquer processo de conciliação ambiental e desenvolvimento sustentado pelo turismo no Brasil, por intermédio do incremento do ecoturismo e do turismo ecológico, passam, necessariamente, pela adoção das seguintes medidas:

- a) proceder a reformulação na legislação ambiental, de forma a tornar menos amplos os poderes municipais, no que concerne ao loteamento e edificação de áreas de belezas naturais conservadas, e de flexibilizar e dar maior autonomia às administrações das unidades de conservação, inclusive possibilitando sua exploração econômica pela iniciativa privada, mediante a fiscalização do Estado;
- b) acelerar, substancialmente, os projetos de planificação territorial para o turismo e de planos de manejo, com avaliação de impactos ambientais, nessas áreas;
- c) ampliar a quantidade e melhorar a qualidade da fiscalização ambiental;
- d) estimular e incentivar a criação de uma infraestrutura turística especializada em ecoturismo e turismo ecológico, perfeitamente adaptada e integrada ao meio ambiente local;
- e) priorizar o turismo em geral, pois este é gênero, do qual o ecoturismo é espécie. Sem isto, o ecoturismo não logrará obter o suporte indispensável ao seu incremento.

Ressalte-se, a propósito, que não passam de dez os meios de hospedagem ambientais e ecológicos (na Amazônia), classificados pela Embratur⁷, e que são pouquíssimos os modernos “resorts” (no litoral e no interior do País), integrados ao meio-ambiente e capazes de possibilitar um amplo aproveitamento turístico dos recursos naturais existentes.

Somente com a adoção de tais providências, pode-se obter os benefícios esperados em relação à atividade, ou seja:

- a) contribuir para a formação de uma consciência ambiental, no País;
- b) dar opção econômica para o desenvolvimento sustentado nas áreas do País, em equilíbrio ambiental;
- c) ampliar as opções turísticas nacionais, criando importante “vantagem-comparativa” para nosso produto turístico;
- d) aproveitar a mão-de-obra formada ou especializada em conservação do meio ambiente, utilizando técnicos em ecologia e habitantes locais como guias ecológicos;
- e) ampliar a captação externa e circulação interna de divisas, aproveitando a “onda ecológica” que varre o mundo;
- f) dar apoio de receita aos órgãos da administração e fiscalização das unidades de conservação;
- g) criar tecnologia própria e especializada em infraestrutura de serviços turísticos para as áreas em equilíbrio ambiental do País.

Ressalta-se que diversos países têm obtido grande sucesso com o desenvolvimento do turismo ecológico e do ecoturismo, como Belize, Equador e Costa Rica, na América Latina, e algumas outras nações da África como Kênia, Tanzânia e África do Sul.

5 CONCLUSÃO

A conservação ambiental e o turismo são fenômenos em franca expansão no mundo moderno. O primeiro como contrapeso ao uso irresponsável dos recursos naturais durante o processo de desenvolvimento do homem e o segundo pelo encurtamento de distâncias, avanço nos transportes e nas comunicações e aumento do tempo livre, que esse processo gerou.

Pouca ou nenhuma atividade econômica apresenta condições intrínsecas tão favoráveis para a conciliação do desenvolvimento com o meio-ambiente quanto o turismo- exaltador, por necessidade, da natureza -, o que faz supor uma conciliação sem traumas dessas duas tendências mundiais. O Ecoturismo e o Turismo Ecológico certamente serão o elo de ligação dessas tendências, propiciando uma prática de educação ambiental e a volta harmônica ao convívio com a natureza de que o homem tanto precisa.

Países como o Brasil, com grandes áreas preservadas do território, têm, assim, reservas estratégicas naturais que, despertando o interesse de toda a humanidade, podem, se bem exploradas turisticamente, constituir uma vantagem-comparativa ímpar, reduzindo eventuais

pressões internacionais para sua intocabilidade ambiental. Essa exploração turística, contudo, há de se fazer dentro de um *processo de desenvolvimento sustentado* que impõe o planejamento e a planificação do uso turístico, antes mesmo de iniciada sua ocupação para a atividade.

Para tanto, urge acabar com o processo de especulação imobiliária desenfreada do litoral brasileiro e o uso predatório de unidades de conservação desaparelhadas de recursos e fiscalização, adotando-se políticas e estratégias adequadas de desenvolvimento turístico e de conservação ambiental, por intermédio de programas bem idealizados de ecoturismo e turismo ecológico.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Essa comparação feita por Bernard J. Hamilton, presidente da American Express - Divisão da América Latina e Caribe, foi feita em discurso proferido na Conferência "World Paper", realizada em 6 de maio de 1987 e publicada no *Brasilturis Jornal*, São Paulo, 1ª quinz. jul. 1987, p. 6.
2. A Lei nº 8181, de 28/03/81, publicada no Diário Oficial de 1/04/91, em seu artigo 1º, dá nova denominação ao órgão oficial de turismo do Governo Federal, que, de Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, passou a denominar-se EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. O mesmo artigo modifica, igualmente, sua natureza jurídica que, de empresa pública passa para autarquia, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República, e não mais do extinto Ministério da Indústria e do Comércio, ao qual se achava subordinada.
3. *Anais do "Workshop sobre Aspectos de Meio Ambiente relacionados com o Turismo"*, OMT/PNUMA, Madrid, 1983, p. 1-2. (Introdução).
4. LASCURAIN, Ceballos *apud* BARROS II, Sívio M. de. *Ecoturismo: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia*. Manaus, EMANTUR, 8 p.
5. ULACIT *apud* BARROS II, Sívio M. de. *Ecoturismo: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia*. Manaus, EMANTUR, 8 p.
6. EMBRATUR. *Manual opcional do ecoturismo*. Rio de Janeiro, Embratur, 1991 (Anexo V).
7. A classificação dos meios de hospedagem ambientais e ecológicos está regulada pela Resolução Normativa nº 23, de 09/04/87, do antigo Conselho Nacional de Turismo - CNTur. Os "resorts", embora não sejam especificamente regulados, são normalmente classificados como "hotéis de lazer", na forma da Resolução Normativa nº 38, de 19/09/87, do CNTur. Essas Resoluções foram publicadas, respectivamente, em 07/07/87 e 20/11/87, no Diário Oficial da União.